

Edital de 1ª e 2ª Praça Eletrônica do Imóvel e para intimação das Executadas: **Imperflex Comercio, Construção, Reformas e Impermeabilizadora Ltda – ME, CNPJ: 13.421.216/0001-72** representada por seus sócios **Hector Osvaldo Rodriguez CPF: 230.644.008-51, Felipe Camara Guedes CPF 307.439.288-65, e Maria Lucia Lucia Camara Guedes CPF: 195.088.678-68**, os herdeiros de **Eduardo Peixoto Guedes: Felipe Camara Guedes CPF 307.439.288-65** casado com **Nathalia Grijó Guedes CPF: 311.516.708-39, Bruno Camara Guedes CPF: 310.003.448-19 e Rafael Camara Guedes CPF: 349.473.308-21**, bem como da Usufrutuária **Faustina Miguez Rodrigues CPF: 344.350.008-06**, acerca das praças eletrônicas designadas, expedido nos autos da **Ação de Despejo cumulado com Cobrança em fase de Cumprimento de Sentença**, proposta pela Exequente **Marina Rosa da Silva, CPF: 062.237.778-76; Processo nº 0008962-14.2019.8.26.0562**.

O Dr. Frederico dos Santos Messias, MM Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP, com fulcro no artigo 879 e seguintes do CPC. **Faz saber** que por meio do *website*: [www.alienajud.com.br](http://www.alienajud.com.br), sistema do gestor judicial ALIENAJUD - Alienações Eletrônicas de Ativos Ltda., levará a praça para venda e arrematação o bem abaixo descrito, sendo que a **1ª (primeira) Praça terá início dia 27 (vinte e sete) de abril de 2020 às 16:00 horas e término no dia 30 (trinta) de abril de 2020, às 16:00 horas**, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, desde que igual ou acima da avaliação. Caso não haja licitantes em primeira praça, inicia-se sem interrupção a **2ª Praça** que se encerrará no dia **20 (vinte) de maio de 2020, às 16:00 horas**, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação atualizada. Pelo presente edital ficam intimadas as partes das designações supra, na hipótese de não serem localizados para intimação pessoal.

**IMÓVEL:** A NUA PROPRIEDADE DO APARTAMENTO n.º 43, localizado no 4º andar tipo do EDIFÍCIO PLANALTO, à rua Governador Pedro de Toledo n.º 96, contendo: um dormitório, hall interno, banheiro, cozinha e área de serviço com tanque, com a área útil de 38,40m², área comum de 9,39m², perfazendo a área total de 47,79m², confrontando pela frente com o corredor de circulação do pavimento, por onde tem sua entrada, de um lado com a área de luz, escadarias e apartamento do tipo 1, do outro lado com o apartamento tipo 5, e, nos fundos com o espaço de recuo lateral direito, com uma fração ideal de 0,8847% do terreno em que se assenta o edifício descrito na especificação condominial. Cadastrado na PMS sob o n.º 66.031.022.036. Matrícula n.º 50.341 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Santos.

**AVALIACÃO:** A avaliação do bem descrito atualizada para março/2020 é de R\$ 168.936,43 (cento e sessenta e oito mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e três centavos).

**ÔNUS DO IMÓVEL:** **R. 05** – Consta Reserva de Usufruto em favor de Faustina Miguez Rodrigues; **Av.7** – Consta informação de distribuição de Ação de Despejo por Falta de Pagamento (processo nº 10138822-75.2018.8.26.0562), em trâmite perante a 4ª Vara Cível de Santos/SP movida por Marina Rosa da Silva contra Imperflex Comercio, Construção, Reforma e Impermeabilizadora Ltda - ME.

**DAS CONDIÇÕES:** As praças serão realizadas exclusivamente por MEIO ELETRONICO, através do *website*, pelo qual serão captados os lances. Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para poderem participar das praças eletrônicas, fornecendo os dados e informações solicitadas. O imóvel será vendido em caráter "*ad corpus*", ou seja, por inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Com isso declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária. Todas as providências e despesas necessárias à desocupação do imóvel e efetiva imissão na posse correrão por conta do arrematante.

**DO PAGAMENTO DO LANCE:** O pagamento do lance vencedor será à vista, cabendo ao arrematante efetuar o pagamento do preço no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da alienação judicial eletrônica, por meio de depósito judicial a ser efetivado em favor do Juízo expropriatório, sob pena de desfazimento da arrematação. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, nos termos do artigo 895 do Código de Processo Civil, poderá apresentar: (I) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (II) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 50% do valor de avaliação atualizado.

**DA COMISSÃO DEVIDA AO GESTOR JUDICIAL:** A comissão do gestor judicial será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação e correrá por conta do arrematante ou adjudicante. O pagamento da comissão devida ao gestor judicial deverá ser realizado no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento da alienação judicial eletrônica condicional, por meio de boleto bancário do gestor judicial, sob pena de desfazimento da arrematação. Decorridos o prazo sem que o adquirente tenha realizado o pagamento do lance ou da comissão do gestor, tal informação será encaminhada ao MM Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. Não sendo efetuado pelo adquirente o depósito da oferta ou a comissão do gestor judicial, os lanços imediatamente anteriores serão submetidos à apreciação do MM Juízo.

**DÉBITOS DESTA AÇÃO:** Os débitos totalizam o valor de **R\$ 105.068,00 (cento e cinco mil, sessenta e oito reais)** atualizados até **março/2020**.

**DÉBITOS DO IMÓVEL:** Não constam débitos relativos à IPTU, cujo número de lançamento na Prefeitura Municipal de Santos é **66.031.022.036** até março/2020.

Nos termos do § Único do art. 130 do CTN, os débitos tributários de caráter *propter rem* a incidirem sobre o imóvel ficarão sub-rogados sobre o preço da arrematação. Os débitos anteriores à arrematação ficarão sub-rogados no preço. O arrematante somente responderá pelas despesas no caso de insuficiência do preço. A existência ou não de débitos a incidir sobre o imóvel. A Arrematação constitui ato originário da aquisição da propriedade. Nos casos de bem indivisível, em que houver a figura do coproprietário, será observado o disposto no artigo 843 e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Dos autos não constam causas ou recursos pendentes de julgamento.

Outras informações podem ser obtidas no *website*: [www.alienajud.com.br](http://www.alienajud.com.br), ou, ainda, solicitadas por e-mail encaminhado para [contato@alienajud.com.br](mailto:contato@alienajud.com.br) ou pelos telefones (13) 3224-3694 ou 3221-8692, ou pessoalmente no escritório do gestor judicial, situado na Rua Alexandre Herculano, nº 197, Conjunto 1704, em Santos/SP. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Santos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020. Eu, \_\_\_\_\_, Escrivã (o) Diretor(a), subscrevi

**Dr. Frederico dos Santos Messias**  
**Juiz de Direito**